



Plataforma Global pelo
Direito à Cidade

Chamado Global pelo Direito das Mulheres à Cidade: vamos construir cidades cuidadoras!

As organizações da sociedade civil e governos locais, mulheres e meninas de todas as idades, dissidências e origens de todas as regiões do mundo, exigimos que o tema da vida nas cidades, o cotidiano, e portanto, os cuidados[1] - essenciais para a reprodução da vida - sejam integrados ao planejamento às políticas urbanas, rumo à cidades e territórios mais justos, diversos e feministas. **Necessitamos cidades e assentamentos humanos que priorizem a vida e não a mercantilização das propostas.**

Aspiramos por cidades em que **todas as mulheres e meninas possam ter oportunidades iguais e desenvolver suas vidas de forma igualitária, de maneira inclusiva, desde nossas diversidades, sem violências, visibilizando nossas contribuições.**

Uma cidade que **reconheça, valorize e redistribua o trabalho de cuidados** nas famílias, na sociedade e especialmente no comunitário, que são assumidos, em geral, pelas mulheres. Tudo isso demanda **investimento em serviços e equipamentos públicos** que considerem o tempo das pessoas que cuidam e das que demandam cuidados, assim como a sua proximidade e qualidade. **O cuidado deve ser reconhecido como um direito e como um trabalho, e por isso, como uma responsabilidade pública e social, acima do individual, com o envolvimento ativo dos governos regionais/locais.**

A pandemia de COVID-19, somada à crise climática- que resultam em uma grande quantidade de perdas e danos nos âmbitos locais e nacionais-, e aos processos de retrocessos democráticos e de desigualdades crescentes, colocaram em evidência os cuidados e a necessidade de investimentos do estado em obras de infraestrutura integrais do cuidado.

No entanto, apesar da evidência alcançada, persiste **uma contradição entre o papel vital essencial que desempenha o trabalho de cuidado**, assim como as redes comunitárias de cuidados, para a manutenção da reprodução da vida e dos ecossistemas, e a **falta de visibilidade, reconhecimento e apoio que recebem as pessoas que cuidam**. Por isso, é urgente garantir o reconhecimento dos **direitos e das demandas dos grupos que requerem cuidados** e que também são marginalizados (especialmente crianças, idosos e pessoas com deficiência).

Convocamos todas as esferas de governo a repensar radicalmente a forma em que os cuidados são distribuídos, visibilizados, remunerados e apoiados pelas infraestruturas e serviços em nossas cidades, o que implica:



Plataforma Global pelo Direito à Cidade

- **Revisar as abordagens tradicionais do planejamento e das políticas urbanas, por meio de uma leitura crítica**, incorporando novos conceitos e métodos (incluindo a pesquisa participativa e a visão de gênero, plural e multicultural), para dar conta das demandas e dos usos diferenciados da cidade a partir de um olhar interseccional que considere questões de gênero, etnia e raça, renda, deficiência, idade e diversidade sexual, em contextos de segurança cidadã.
- **Estabelecer as infraestruturas e políticas necessárias para o desenvolvimento de sistemas de cuidados que conciliem o trabalho reprodutivo e produtivo nas cidades, com um foco na igualdade de gênero, proximidade e acessibilidade.** Em outras palavras, cidades que promovam a inclusão e a integração socioespacial, a coesão social, as interações sociais e intergeracionais, um senso de pertencimento e identidade e uma melhor qualidade de vida urbana por meio do espaço público e do desenho urbano.
- **Reconhecer e incluir as diferentes características culturais, de memória, sociais e econômicas das comunidades que a habitam.** Por meio do exercício da cidadania ativa, com processos de elaboração de políticas e orçamentos públicos participativos que promovam um senso de pertencimento e responsabilidade por meio de uma governança democrática. Eliminar a violência e a discriminação em todas as suas formas, garantindo segurança, paz, igualdade de direitos, oportunidades e acesso aos bens e serviços da cidade.
- **Visibilizar e apoiar redes comunitárias de cuidados, formadas e geridas tanto por pessoas que cuidam** (donas de casa, profissionais das áreas da educação, saúde, empregadas domésticas, entre outras), **como por pessoas que necessitam de cuidados** (idosos, pessoas dependentes, grupos em situação de vulnerabilidade conforme o sistema assistencial vigente...), podendo também incluir organizações sociais e eventualmente receber o apoio de entidades públicas e privadas ligadas a este setor. As organizações feministas, os governos locais e nacionais e outros atores relevantes podem desempenhar um papel fundamental na garantia de um processo sustentável para a implementação das ações.

[1] O trabalho de cuidados se refere às atividades que garantem a reprodução e assistência vital. Abarca tanto o cuidado de pessoas que requerem cuidados específicos, como as atividades cotidianas que são realizadas no âmbito doméstico comunitário, que garantem a manutenção da vida em condições adequadas, como cozinhar e limpar. Definição incluída no documento temático da PGDC "Cidades e assentamentos humanos com economias diversas e inclusivas" Disponível em: <https://www.right2city.org/pt/document/citieswithdiverseandinclusiveeconomies/>.